



DOS QUATRO TÓPICOS APRESENTADOS, ESCOLHE APENAS UM E ESCREVE UM **ENSAIO FILOSÓFICO** SOBRE O MESMO.

### **INDICAÇÕES:**

Tens três horas para redigires o teu ensaio, sendo-te concedidos **10 minutos de tolerância no final para gravação do documento** e recolha do mesmo através de **PEN**.

Dos quatro tópicos possíveis, **identifica claramente o tópico escolhido para realizares o teu ensaio**.

**Escrive o teu número secreto** apenas na primeira página do teu ensaio, **no espaço designado**, e **não escrevas** o teu nome ou qualquer tipo de identificação em nenhum lugar, sob pena de desclassificação.

**Vai gravando o teu ensaio**, em intervalos regulares, de 30 em 30 minutos.

**Não alteres a formatação pré-definida para a realização do ensaio.**

### **Zelar por quem ainda não existe e existir por quem ainda não zela** **Tópico 1**

Na obra, *O Princípio da Responsabilidade*, da autoria de Hans Jonas, este dá a entender que os humanos devem agir no sentido de assegurar a possibilidade de uma existência digna às gerações futuras mediante a salvaguarda da qualidade de vida. Este princípio, que é considerado um dos alicerces do conceito de desenvolvimento sustentável, é, até aos dias de hoje, um tema que protagoniza acalorados e controversos debates não só entre a classe política, como entre diferentes pessoas da sociedade civil.

Por este motivo, aparece na nossa mente uma questão com este tema relacionada: Será que aquilo que não existe, mais especificamente as gerações vindouras, deve ser sujeito de consideração ética? Podemos ser ainda responsabilizados pelo mal que não impedimos?

Tal como muitos outros problemas filosóficos, aquele que foi previamente colocado é pertinente para várias disciplinas filosóficas, desde a Ética, por este tema estar tão ligado ao nosso modo de agir e à nossa conduta como correta ou incorreta, até à Filosofia Política, dada a importância desta questão para que cada um de nós melhor encontre a sua definição do que é uma sociedade justa, passando também pela Filosofia do Direito, visto que também nos é perguntado se, caso acabemos por não impedir o mal atravessado pelas gerações futuras, devemos ser responsabilizados por isso. Note-se que, nas sociedades em que nos encontramos, a responsabilização dos indivíduos pelos seus crimes ou outras ações dolosas, estes são sujeitos ao poder judicial, que se regem por todo um conjunto de leis, debatidas frequentemente em Filosofia do Direito.

Quanto à importância deste problema para a realidade, acredito que esta não deve nunca ser menosprezada, uma vez que a resposta a este problema, não só da nossa parte, como também dos decisores políticos, poderá orientar as políticas públicas dos diferentes estados, regiões e municípios. É também uma discussão que envolve uma profunda e detalhada reflexão sobre o nosso modo de vida, para muitos ameaçado pelas alterações climáticas, um tema que tem adquirido especial proeminência no Século XXI (embora, mais recentemente, eventos geopolíticos como a guerra na Ucrânia e no Médio Oriente tenham, em parte, desviado o nosso foco e a atenção dos media deste assunto).

Para responder ao problema colocado, surgem teses distintas, quatro no total. Alguns defenderão que não só as gerações futuras devem ser sujeito de consideração ética, como podemos ser responsabilizados pelo mal que não impedimos. Por oposição, outros dirão que não só a consideração ética não se deve estender às gerações futuras, como também não devemos ser responsabilizados pelo mal que não cometemos. Outros há que afirmarão que devemos ter preocupações éticas com as próximas gerações (antes da sua existência), mas que não deveremos ser responsabilizados pelo nosso fracasso em impedir o mal que as assole. A quarta tese que aparece no que diz respeito a este problema é de que, ainda que as gerações futuras não devam ser sujeito de consideração ética, podemos ser responsabilizados pelo mal que não impedimos.



Entre as teses supracitadas, aquela em que mais acredito é a que passa por sublinhar que, além de as gerações futuras deverem, antes de existirem, ser sujeito de consideração ética, podemos também ser responsabilizados pelo mal que não impedimos.

Perante a minha afirmação, o leitor estará decerto a perguntar-se: De que serve preocuparmo-nos com uma geração que ainda não existe? Porquê importarmo-nos com algo antes de acontecer?

Primeiramente, as gerações futuras devem ser sujeito de consideração ética, uma vez que, tal como quando um casal se prepara para dar as boas-vindas a um filho(a) biológico(a) ou adotivo(a), antes que o(a) receba, sendo os resultados deste esforço geralmente positivos, devem também as gerações aqui presentes zelar pela geração “sua filha”, que se aproximará. Sendo uma paternidade que cuida do interesse dos descendentes algo desejável, será, portanto, por analogia, desejável também que as gerações atuais preparem a chegada das vindouras, assegurando que estas encontrem condições dignas que, além de não as incapacitarem, possibilitem também o seu sucesso e prosperidade.

Em segundo lugar, as consequências de assegurar o bem-estar das gerações vindouras revelam superar as desvantagens inerentes a algumas mudanças no nosso modo de vida atual, como evidente no argumento abaixo formalizado:

(P1) Se não assegurarmos uma vida digna às gerações vindouras, não permitiremos que elas prosperem.

(P2) Se queremos que as gerações futuras prosperem, temos de lhes assegurar uma vida digna. (De P1, por Contraposição).

(P3) Se é desejável mais qualidade de vida, é desejável que haja prosperidade.

(P4) É desejável que haja mais qualidade de vida.

(P5) É desejável que haja prosperidade, e, como a prosperidade tem de ser geral para ser verdadeira prosperidade, é desejável também que as gerações futuras prosperem (De P3 e P4, por *Modus Ponens*).

(C) Logo, temos de assegurar uma vida digna às gerações futuras (De P2, por *Modus Ponens*).

Na defesa do argumento que apresentei, acredito ser importante destacar que este é um bom argumento, por diversas razões, entre as quais a validade do mesmo, verificada pelo recurso a formas de inferência válidas, tais como a Contraposição e o *Modus Ponens*.

Quanto ao conteúdo das premissas, acredito que este é verdadeiro, como seria necessário que fosse para estarmos perante um bom argumento.

A primeira premissa, por exemplo, é verdadeira, podendo ser comprovada empiricamente, mais especificamente, analisando a qualidade de vida em diferentes países, e o apoio dado às gerações mais novas nos mesmos. Verificamos que não é o mesmo uma criança crescer no Sudão do Sul, país em vias de desenvolvimento e onde ainda estão presentes fenómenos de pobreza extrema, miséria e fome, que crescer num país desenvolvido, com qualidade de vida, e com apoios para os mais jovens, como é o caso de um país nórdico, como a Dinamarca, por exemplo. O acesso a educação aumentará as capacidades da pessoa em questão, e, consequentemente, irá torná-la um ser mais produtivo e capaz de prosperar. Para além disso, os cuidados de saúde ajudam também a que se prospere, uma vez que problemas graves de saúde inviabilizam a atividade, e a ausência de atividade compromete um desenvolvimento saudável e harmonioso.

Quanto à segunda premissa, sendo esta obtida por Contraposição da primeira, e assumindo nós que (P1) é verdadeira, teremos que aceitar que (P2) tem o mesmo valor de verdade.

Relativamente a (P3), acredito na sua veracidade, dado que a qualidade de vida implica, atualmente, que tenhamos um conjunto de bens e serviços à nossa disposição, que satisfaçam as nossas necessidades, dando, no entanto, primazia às necessidades básicas. Ora, para termos acesso a bens e serviços de qualidade, será necessário que estes de algo provenham, mas, se a nossa sociedade for caótica, e nada funcionar, não sobrando uma réstia de prosperidade, estes mesmos bens e serviços de que necessitamos não terão de onde provir: Os setores de atividade estariam prática, senão totalmente arrasados, seriam então incapazes de satisfazer as nossas necessidades. Assim, parece-me ter sido demonstrado que a prosperidade é necessária para a



qualidade de vida, e que a qualidade de vida é, por conseguinte, suficiente para afirmar se há ou não prosperidade.

Relativamente à quarta premissa, acredito que esta é verdadeira, uma vez que devemos ser empáticos, e a empatia passa não só por compreender o outro mas também por com ele nos preocuparmos, sendo que, ao querermos mais qualidade de vida no geral, estamos a preocupar-nos com os outros, mas, na vasta maioria dos casos, estaremos a preocupar-nos também connosco próprios – Impulsos na qualidade de vida em geral, em diversos exemplos como pela descoberta de tratamentos revolucionários, beneficiaram também os indivíduos que integram a sociedade.

Quanto a (P5) esta é verdadeira, pois, derivando de (P3) e (P4) por *Modus Ponens*, e sendo estas premissas verdadeiras, teremos de aceitar a veracidade de (P5).

No que à conclusão diz respeito, sendo o argumento válido e as premissas verdadeiras, estaremos forçados a assumir que a conclusão será também ela verdadeira.

Quanto a sermos responsabilizados pelo mal que não impedimos, recorro ao seguinte argumento:

(P1) Se não impedimos o mal que nos rodeia, somos cúmplices do mesmo.

(P2) Se somos cúmplices do mal, então agimos incorretamente.

(P3) Se agimos incorretamente, devemos ser responsabilizados por isso.

(C) Devemos ser responsabilizados por não impedirmos o mal. (De P1, P2 e P3, por Silogismo Hipotético)

Acredito ter apresentado um bom argumento, uma vez que, não só é válido (assume a forma lógica de um silogismo hipotético), como as suas premissas são verdadeiras.

Considero que, enquanto que (P1) é, de certo modo, uma premissa auto-evidente (relaciona-se com aquilo a que associamos à cumplicidade, a indiferença perante situações injustas e/ou ilegais que à nossa volta ocorram, ou das quais tenhamos conhecimento, ou seja, que, literalmente ou no sentido figurado, nos rodeiem), (P2) é verdadeira, uma vez que o mal provoca sofrimento desnecessário, e viabilizar sofrimento desnecessário é incorreto. Por conseguinte, viabilizar o mal, ou seja, ser cúmplice do mesmo, constitui uma ação incorreta.

No que a (P3) diz respeito, considero que esta é uma premissa verdadeira, uma vez que responsabilizar as pessoas pelos seus atos apresenta múltiplas vantagens, desde dissuadir outros de agir desse mesmo modo até assegurar a aprendizagem por parte de quem erra, o que, dependendo da conduta, consistirá em reabilitação. Ao aprendermos com os nossos erros, e perante uma responsabilização que se revele proporcional, estaremos melhor preparados para o futuro, e para situações que de nós por infortúnios se aproximem.

Aceitando nós as premissas do argumento como sendo verdadeiras, e atendendo à validade do mesmo, teremos de concluir que a conclusão deverá também ela ser verdadeira.

Quanto às objeções aos argumentos que apresentei, estas poderão atacar diversas premissas, ou ainda as conclusões a que cheguei, propondo a adoção de uma tese diferente, ou, pelo menos, uma reformulação da mesma.

Um dos modos de objetar contra a minha tese poderá ser argumentar recorrendo a uma experiência mental. Imagine-se um homem crente no negacionismo climático, que se recusara a reconhecer a existência das alterações climáticas e a agir contra as mesmas, acreditando em teorias da conspiração e em mitos que de científico pouco ou nada preservam. De acordo com (P1), será considerado cúmplice do mal, segundo (P2), é moralmente censurável ser cúmplice do mal, e, segundo (P3), devemos responsabilizar quem age de um modo moralmente censurável. Segundo este raciocínio, estaríamos obrigados a aceitar punir alguém por algo que não conhecia, tal como punir um cego por não evitar que uma criança colidisse contra um muro e fraturasse a cabeça.

Por mais que comprehenda esta objeção, acredito que comparar alguém incapaz, por motivos clínicos, de ver, a alguém que, por livre e espontânea vontade, opta por ignorar provas muitíssimo convincentes a favor da existência de alterações climáticas, não é o mais pertinente a fazer: Num estado de grande catástrofe, as provas seriam tão inequívocas através de incêndios,



furacões, e através da diminuição da qualidade do ar, que se comprova que não aparenta haver uma boa justificação para não responsabilizar o suposto negacionista climático.

Será ainda possível criticar a minha tese de outras perspetivas, como, por exemplo, atacando a ideia de que as gerações futuras devem ser sujeitas de consideração ética. A perspetiva por detrás desta objeção seria de que não podemos ter certeza quanto ao futuro, e, sendo as gerações vindouras algo pertencente ao futuro, não podemos estar absolutamente certos de que estas venham sequer a existir: Podemos atravessar uma súbita extinção em massa, por motivos tão diversos como a queda de um enorme meteorito ou uma devastadora guerra nuclear, pelo que é importante viver na atualidade e para a atualidade, no presente e para o presente, nas certezas que albergamos porque apenas isso albergamos, dada a imprevisibilidade de amanhãs que não sabemos se cantam, se choram, ou se gritam.

Na minha resposta a esta objeção, defendo que, ainda que exista a possibilidade de, por eventos totalmente inesperados, a raça humana será quase que (ou até mesmo) totalmente extinta, aniquilando as gerações presentes e impossibilitando a existência das gerações futuras, esta hipótese tem uma ínfima probabilidade de se concretizar.

Comportemo-nos, portanto, como um apostador responsável, com diversas possibilidades perante nós. Caso as gerações futuras sejam sujeito de consideração ética, e a raça humana seja aniquilada subitamente, teremos, de facto, perdido algumas experiências agradáveis numa privação que, nessa circunstância, terá sido em vão. No entanto, caso ajamos desse mesmo modo, mas as gerações vindouras surjam, acabaremos por favorecê-las na luta por uma vida melhor, evitando uma horrível calamidade com alguns sacrifícios. Por seu turno, caso acreditemos que as gerações vindouras não devem ser sujeito de consideração ética, e a raça humana se extinga repentinamente, teremos ganho experiências que nos deleitaram, no entanto, caso ignoremos as gerações futuras, e estas apareçam na sociedade, entregar-lhes-emos um mundo em frágil estado, à beira do que poderá ser uma panóplia de catástrofes naturais que, a ocorrerem, causarão tanto sofrimento, que este passará a ter sido o pior caso possível.

Assim, entre os casos apresentados, observamos que assumir que as gerações futuras devem ser sujeito de consideração ética terá consequências que, previsivelmente, serão melhores, ou seja, este é, na minha perspetiva, o caminho a seguir.

Em suma, acredito ter redigido um ensaio ao longo do qual fundamentei o meu ponto de vista e coloquei objeções pertinentes à minha tese, às quais acredito ter sido capaz de responder, ainda que as minhas respostas possam e devam ser sujeitas a uma minuciosa avaliação por parte de quem o problema filosófico abordado debata, e acredite ser útil o ensaio por mim redigido.

Procurei evitar raciocínios falaciosos dos pontos de vista da lógica formal e informal, algo que penso que terei conseguido fazer, embora disso não possa estar certo.

No final de contas, acredito que, para com as gerações futuras, devemos fazer algo: Zelar por quem ainda não existe e existir por quem ainda por nós não zela.

Código Secreto
<b>1056</b>